

Opiniones y ensayos

*A Construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais*¹

Anna Maria de Grammont ✧

annagrammont@yahoo.com

Considerações Iniciais

O conceito de *patrimônio* vem sofrendo reformulações desde as suas concepções de origem, assim como a formulação dos princípios de restauração e conservação. Em outras épocas, a palavra *patrimônio* representava apenas as propriedades transmitidas hereditariamente. Com o acréscimo do termo *histórico*, a expressão e o tratamento do patrimônio adquiriram outras conotações que foram se modificando ao longo do tempo.

Princípios da Restauração

Os princípios e as instituições de conservação se consolidaram na França do século XIX. Motivada pelas idéias do Iluminismo e com o objetivo de impedir o vandalismo que em alguns períodos acompanhou a Revolução Francesa, surgiu no país uma visão idealizada dos monumentos históricos apoiada jurídica e institucionalmente pela primeira vez.

Contudo, segundo Choay (2001), a Itália foi a primeira nação a pensar na proteção dos monumentos in loco. No início do século XIX, ocorrem um distanciamento crítico em relação à arquitetura do passado e atitudes de

conservação in situ. Estruturas romanas foram restauradas após escavações arqueológicas segundo critérios restritos de reintegração e consolidação – quando houve necessidade de elementos novos, estes foram adotados diferentes dos originais, com o objetivo de se evitar a mimetização. Entretanto, essa não era uma postura generalizada e institucionalizada; na mesma época, esses critérios foram desprezados em outras restaurações².

Na Grã-Bretanha, as Associações de Antiquários tomaram para si a proteção dos monumentos como resposta ao vandalismo religioso ocorrido no período da Reforma Luterana. Os monumentos religiosos da Idade Média eram vistos como “obras vivas da nação” e sua destruição despertou a indignação devido ao desperdício e a afronta ao nacionalismo. Dessa forma, as questões sobre restauração, intervencionista ou não, surgiram na Inglaterra uns cinquenta anos antes de aparecerem na França (Choay, 2001: 92).

Entretanto, o consenso institucionalizado da importância do Patrimônio Histórico não garantiu a conservação, sequer, dos monumentos selecionados. Muitas questões polêmicas

acerca de métodos e técnicas de conservação e restauração ainda precisavam ser resolvidas. Na França, onde se consolidaram os princípios e as instituições de conservação, o despreparo dos arquitetos provocou atitudes deturpadoras e destrutivas nas intervenções das edificações medievais. Os arquitetos de formação clássica passaram a reinterpretar a assimetria e as irregularidades das edificações, resultando em demolições e reconstruções arbitrárias.

Contra essa concepção, mas defendendo reconstituições com base em hipóteses, emergiu Viollet-Le-Duc (1814-1879), arquiteto, restaurador e teórico autodidata, que instituiu outro procedimento de restauração. Seu método propôs a utilização de elementos idênticos aos originais e, na inexistência de informações que precisassem quais eram estes, a utilização de elementos considerados mais coerentes com o estilo da construção, acarretando tentativas de reconstruções mimetizadas. Restaurar consistia em reconstituir a forma original, ou supostamente original, do edifício. Le-Duc não considerava plenamente a autenticidade do objeto. Na ausência de informações precisas sobre sua forma, designava-se um formato considerado coerente com obras do mesmo período. Pode-se dizer, assim, que o monumento histórico se transformava, de certa forma, em uma abstração (Choay, 2001: 159).

Vários críticos se insurgiram contra essa posição, dentre eles o inglês John Ruskin (1819-1900), teórico e professor de arte e arquitetura. Influenciado pelo romantismo, defendeu a autenticidade das edificações, considerando toda a forma de restauração, ainda que comprovada, um atentado à autenticidade do objeto. Ruskin admitia apenas uma consolidação imperceptível e a sua cuidadosa manutenção. William Morris³ estendeu as idéias de Ruskin, ampliando o conceito de monumento para edificações modestas e conjuntos ambientais.

Em 1893, Camillo Boito (1853-1914) formulou, em Milão, um método de restauração entre os extremos propostos por Ruskin e Viollet-Le-Duc. A restauração deveria ser adotada como

forma extrema de intervenção, depois de atitudes como manutenção e consolidação. O autor considerava a necessidade de respeitar os acréscimos de outras épocas e criticava a reconstituição de partes desaparecidas. As intervenções deveriam ser mínimas, notoriamente distintas do original, e todos os processos utilizados estariam embasados em documentos, detalhadamente registrados e divulgados⁴. Mesmo assim, a maioria das restaurações na Europa, no século XIX e início do século XX, foi inspirada nos princípios de Viollet-le-Duc.

As idéias de Boito, no entanto, criaram as bases para o conceito moderno de restauração⁵ e parte delas foi incorporada pela Conferência de Atenas em outubro de 1931. Em seus princípios gerais, a Conferência expõe o abandono das “reconstituições integrais” e recomenda “que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época”, como defendia Boito, e faz também referência explícita à utilização adequada dos monumentos (IPHAN, 2003).

Alois Riegl (1858-1905), como jurista, filósofo e historiador, abordou o monumento histórico sob uma perspectiva histórica e interpretativa. A principal contribuição de Riegl foi a valorização de todos os estilos e períodos da história da arquitetura, sem priorizar ou fazer juízo de valor hierarquizado de nenhuma época. Riegl acreditava que a investigação dos sentidos atribuídos aos monumentos históricos pela sociedade era o único caminho viável para se fundar uma prática de tratamento das edificações. Suas teorias, contudo, não foram disseminadas.

A análise de Riegl traça uma oposição de duas categorias de valores dos monumentos: *de rememoração*, ligados ao passado e à memória, e *de contemporaneidade*, pertencentes ao presente. À categoria de rememoração pertenciam os monumentos associados à memória e os monumentos históricos associados à história, à história da arte e à ancianidade (antiguidade). À categoria de contemporaneidade pertenciam os monumentos históricos de *arte relativa*, bem como os monumentos e os

monumentos históricos de *arte de novidade e de uso*.

O valor histórico remetia a um saber e a ancianidade seria o valor de antiguidade dirigido à sensibilidade, passível de ser percebido com facilidade por todos. Ao lado do transcendente valor artístico, estaria o valor terreno de uso. Na distinção entre valor artístico relativo e de novidade estariam as obras de arte antigas acessíveis à sensibilidade moderna e a possível aparência intacta dessas obras, respectivamente (Choay, 2001: 168-170).

As teorias de restauração, porém, tampouco estavam efetivamente estabelecidas. A destruição provocada pela Segunda Grande Guerra⁶ as colocou novamente em cheque. O papel do planejamento urbano passa a ser percebido como um eficiente instrumento de preservação do patrimônio. Além disso, algumas cidades e edificações foram reconstruídas integralmente; outras, substituídas por novas configurações; aquelas menos danificadas foram restauradas segundo os princípios estabelecidos na Conferência de Atenas (1931); outras ainda resultaram da reinterpretação da edificação original, dando lugar a uma nova unidade diferente da antiga e diferente de uma proposta moderna sobreposta à antiga.

A partir dessa última solução, surgiu em torno de 1960 o conceito de *restauração* como um ato crítico-criativo⁷. A restauração eliminaria aquilo que não consiste na singularidade ou diferenciação da edificação, promovendo um julgamento de valor e mantendo o que fosse considerado importante: “[...] reconstituir a unidade potencial do monumento, privilegiando-se seus valores artísticos, por serem estes responsáveis por sua importância e significados [...]” (Meniconi, 1999: 29).

Essas fórmulas compareceram de certa forma recapituladas e consolidadas na teoria de restauração de Cesare Brandi (1906-1988) e constituem o fundamento das práticas de conservação no mundo ocidental. Contudo, as teorias de Boito ainda são muito utilizadas, especialmente, quando não há o refinamento teórico capaz de seguir as

sofisticadas idéias de Brandi.

Cartas Patrimoniais

Até o século XIX, o patrimônio era então definido como um conjunto de edificações, objetos e documentos de valor artístico ou histórico. No século XX, a abordagem do Patrimônio Histórico adquiriu ainda outras características. O monumento histórico passou a ser analisado levando-se em conta a integração com seu entorno: começa a polêmica sobre monumentos percebidos isoladamente ou considerados no contexto do conjunto ambiental. A idéia de isolar ou destacar um monumento passa a ser percebida como uma mutilação. O entorno é visto como numa relação essencial com a edificação. Os antigos conjuntos arquitetônicos deveriam ser revitalizados tecnologicamente. As demolições estariam limitadas a intervenções aleatórias, enquanto os acréscimos nas construções deveriam ser respeitados e seria observada ainda a adoção de usos compatíveis (Meniconi, 1999).

Nesse contexto, o conceito de monumento se estende para algumas cidades e conjuntos urbanos, passando a ser percebidos com um papel memorial de monumento, enquanto edificações e estilos de vida. Essa percepção gerou novas polêmicas. Ruskin, por exemplo, defendia que se mantivesse não só as cidades, mas também a forma antiga de habitá-las. Outros propunham que essas cidades fossem colocadas fora do circuito de desenvolvimento; em caso extremo, que fossem transformadas em museu.

Os modernistas, por sua vez, propunham a ideologia da tábula rasa: destruir bairros inteiros, substituindo-os por arranha-céus padronizados e conservando apenas monumentos de valor notório, como no Plan Voisin de Le Corbusier (1925) e no tratamento dos centros antigos franceses durante a década de 1950 (Choay, 2001: 194).

Em 1962, a XII Conferência da Unesco aprovou recomendações sobre o entorno do monumento histórico, atentando-se para itens que vão desde a especulação imobiliária até a poluição do ar. Em maio de 1964, a Carta de Veneza⁸ trouxe outra

extensão de conceito, acrescentando obras modestas à sua definição de monumento histórico. A XVII reunião da Unesco, em 1972, acrescentou o conceito de *lugares notáveis*, dando início ao que se chamaria patrimônio imaterial e expandindo, um pouco mais, o conceito de Patrimônio Histórico, agora chamado, Patrimônio Cultural.

Em 1975, realizou-se um congresso do Conselho da Europa em Amsterdã para reunir e discutir as experiências de recuperação urbanística executadas no continente. Surge o conceito de *conservação integrada*: a utilização de todos os meios, técnicos, jurídicos, econômicos, para efetivar a conservação do patrimônio. Além disso, a conservação da cidade e de seus valores foi assumida como prioritária. Esse tema foi abordado novamente em 1976, na XIX Conferência da Unesco em Nairóbi. Além de considerações acerca do meio ambiente e críticas ao Movimento Moderno⁹, foram produzidas recomendações relativas à conservação dos conjuntos históricos diante da possibilidade de homogeneização e aculturação promovidas pela globalização.

A partir desse momento, surge a reflexão de retornar aos valores tradicionais. Funções e características diversificadas são defendidas em detrimento ao zoneamento, como forma de se evitar a homogeneização. O conceito de planejamento urbanístico se volta para as antigas cidades que conservaram suas peculiaridades. “A partir daí, a conservação do patrimônio e o planejamento vão se reunificar, retornando-se, de certa maneira, à lógica de formação e crescimento da cidade pré-industrial” (Meniconi, 1999: 32).

Apesar de algumas Cartas Patrimoniais¹⁰ já fazerem referências à necessidade de respeitar as tradições, os costumes e as culturas locais, de modo geral, somente em 1989, durante a XXV Conferência da Unesco, em Paris, o conceito de Patrimônio Cultural (imaterial) abarca efetivamente a cultura tradicional e popular, fazendo menção de tratamento especial às culturas que não são dominantes.

De acordo com Canclini, essa mudança

na concepção de patrimônio apenas material, para abarcar também o patrimônio imaterial, demorou a ocorrer porque somente na década de 1980 as ciências sociais se interessaram pela produção cultural imaterial. Para o autor, ainda assim, as intervenções com relação ao patrimônio continuam privilegiando os monumentos. Canclini afirma que isto aconteceu e continua acontecendo porque os estudos referentes ao tema se pautam na avaliação de arquitetos, arqueólogos e restauradores, que ele denomina “especialistas no passado” (Canclini, 1990: 99).

O patrimônio cultural – ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos (Ibid., p.99).

O Patrimônio Histórico passa a integrar o conceito de Patrimônio Cultural. Este, finalmente, dividido entre material e imaterial, engloba o conceito antropológico de cultura enquanto todo fazer humano, desde objetos, conhecimentos, capacidades e valores e, dessa forma, o conceito entra no século XXI.

Considerações Finais

O contexto em que se estabeleceu o conceito de Patrimônio Cultural e seu tratamento permanecem em constante mutação conquanto são construção culturais. Dentro dessa percepção, devem ser evitadas críticas arbitrárias a diretrizes de restauração e tratamento do patrimônio de outras épocas sem que haja uma contextualização pertinente do momento. Ainda nessa análise, tal postura possibilita o questionamento da adoção de certezas absolutas na atualidade e o questionamento de impulsos de imutabilidade impróprios a qualquer expectativa relativa à cultura, por si só em constante movimento.

Nesse sentido, o pensar e o atuar em

relação ao Patrimônio Cultural deve ter uma postura de disponibilidade permanente para reflexões e modificações conceituais e práticas, sem que isso represente não estar apto à tomada de decisões e, sim, pronto a analisá-las também como parte de uma construção cultural.

Bibliografia

- Smith, Valene L. y Brent, Maryann
2001 "Introduction to Hosts and guests revisited: Tourism issues of the 21st century". En Smith, Valene L. y Brent, Maryann (Eds.), *Hosts and guests revisited: Tourism issues of the 21st century* (pp. 1-14). New York: Cognizant Communication.
- Arantes, Antônio Augusto.
1984 "Prefácio". In: Arantes, Antônio Augusto (Orgs.). *Produzindo o passado: Estratégias de construção de Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- Berger, Peter L.; Luckmann, Thomas.
1976 *A Construção da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Bolle, Willi.
1984 "Cultura, patrimônio e preservação". In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado: Estratégias de construção de Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- Canclini, Néstor Garcia.
1990 "O Patrimônio Cultural e a construção imaginária nacional". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (pp. 94-115). Rio de Janeiro, n° 23.
- Castro, Sonia Rabello.
1991 *O Estado na Preservação de Bens Culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Chauí, Marilena.
2001 "Com Fé e Orgulho". In: *Brasil - mito fundador e sociedade autoritária*. (pp 5-29) São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Choay, Françoise.
2001 *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP.
- Durham, Eunice Ribeiro.
1984 "Texto II". In: Arantes, Antônio

- Augusto (org.). *Produzindo o Passado*. São Paulo: Brasiliense.
- Hobsbawn, Eric; Ranger, Terence (Orgs.).
1997 *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
2004 www.iphan.gov.br/iphan/iphan.htm, Acesso em: 20 jan.
- Meniconi, Rodrigo.
1999 *A Construção de uma cidade-monumento: O caso de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG.
- Oliveira, Benedito Tadeu de.
2003 "As ruínas de Ouro Preto ou Ruínas do Patrimônio". *Jornal O Inconfidente*, Ouro Preto, p.3, 01 jul.

NOTAS

¹ Este artigo é um fragmento da dissertação de Mestrado "Os Significados do Patrimônio Histórico: uma reflexão em torno do casarão incendiado em Ouro Preto" – Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Santa Cruz.

² "A fachada da catedral de Milão é construída mimeticamente e a Basílica de São Paulo, incendiada em 1823, é totalmente refeita" (Meniconi, 1999: 21).

³ "William Morris, conforme uma visão antropológica e socialista, leva adiante o discurso de Ruskin. [...] O testemunho antigo não deve ser descartado e muito menos 'restaurado'; pelo contrário, deve ser salvaguardado. Se as intervenções são imprescindíveis, devem ser estabelecidas com base em uma confrontação leal entre o antigo e o novo, no terreno da autenticidade" (Meniconi, 1999: 24-25).

⁴ Boito também adotou a diversidade das restaurações: os monumentos da antiguidade deveriam ser restaurados com exatidão científica, considerando apenas massa e volume, sem ornamentação; os monumentos góticos teriam uma restauração pitoresca, considerando a consolidação de sua estrutura, deixando estatuária e decoração com aspectos autênticos de deterioração; por último, monumentos clássicos e barrocos teriam uma restauração arquitetônica, considerando o todo da edificação (Choay, 2001, p.166).

⁵ As polêmicas com relação às reconstruções mimetizadas permanecem nos dias atuais principalmente em edificações com reconhecido valor sentimental.

⁶ Após a Segunda Guerra, em 16 de novembro de 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas - ONU.

⁷ Segundo Meniconi (1999, p.29), essa formulação foi elaborada por Roberto Pane e Renato Bonelli e complementada por Paul Philippot.

⁸ Emitida pelo II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS.

⁹ “[...] o ‘*Plan Voisin*’, de Le Corbusier (1925), propõe-se destruir a malha dos velhos bairros de Paris, substituída por arranha-céus padronizados, conservando apenas alguns monumentos heterogêneos [...]. Essa ideologia da tábula rasa, aplicada ao tratamento dos centros antigos durante a década de 1950, só deixou de prevalecer na França com a criação, por André Malraux, em 1962, da lei sobre as áreas protegidas.[...] No extremo oriente, sua influência continuou forte. Pode-se-lhe imputar, notadamente, a destruição de uma parte da antiga Cingapura” (Choay: 194).

¹⁰ A XXIV Conferência da Unesco determinou que a “salvaguarda do folclore” fosse recomendada aos Estados-membros (IPHAN: 2003).

✧ Anna Maria de Grammont. Mestre em Cultura e Turismo pela parceria Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Santa Cruz, Professora do Curso Guardiões do Patrimônio, financiado pelo Programa Monumenta – BID e MINC, Prefeitura Municipal e Universidade Federal de Ouro Preto, Aluna do Curso de Especialização em Cultura e Arte Barroca da Universidade Federal de Ouro Preto e Engenheira Civil.

Recibido: 17 de diciembre de 2005

Aceptado: 10 de marzo de 2006

Sometido a evaluación por pares anónimos